



uma limitação de ordem biológica em relação às possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do discente.

Um quantitativo relevante de respostas nos despertou a atenção pelo fato de que, em um total de 151 de professores de educação especial, 62 responderam que utilizam, na internet, sites como o Google e o Youtube como fonte de consulta, informação e estudo no acesso a conteúdos relacionados com a deficiência intelectual e a inclusão escolar. Alguns deles indicaram páginas e canais com apresentação de conteúdos de leitura rápida, ou seja, com conteúdos mais curtos e não científicos. Nesse ínterim, ressaltamos dois aspectos para iniciar a discussão.

O primeiro é que, historicamente, a compreensão sobre a deficiência intelectual e sobre as pessoas que experienciam essa condição humana, geralmente, as evidencia como incapazes, o que subjuga suas potencialidades e direitos no âmbito social e, por sua vez, na escola. Os estudos atuais reportados na literatura acadêmica referentes à deficiência intelectual mostram as lacunas sobre a construção desse conceito, como apontam (SILVA E DESSEN, 2001; SOUZA E BOARINI, 2008; ROSSATO E LEONARDO, 2011; LOPES E MARQUEZINE, 2012; PALMA E CARNEIRO 2012; BRIDI, 2012, 2018; SIMÕES, 2019; CAETANO E PLETSCH, 2019; E MAFEZONI E SIMON, 2020). Em suas pesquisas destacam que o contexto social, os fatores econômicos e os conceitos médico-psicológicos, historicamente datados, têm sido agentes influenciadores da definição sobre o conceito de deficiência intelectual, sua compreensão e a desacreditação sobre as possibilidades de aprendizagem desses sujeitos.

O segundo aspecto é que a internet compõe um espaço de interação e compartilhamento de conteúdos e informações entre diferentes plataformas de buscas, usuários e respectivos perfis, que tem aumentado com o desenvolvimento das tecnologias e ferramentas digitais. Nessa perspectiva, o fato de os professores recorrerem à internet como fonte de informação e estudo faz parte da realidade em que vivemos. Portanto, faz-se necessário ressaltar que a internet reúne diversos conteúdos acerca da deficiência intelectual, desde artigos científicos chancelados por revistas e periódicos qualificados, até sites, blogs, vídeos e *lives* que abordam os assuntos de maneira livre.



Levando em consideração que os professores de educação especial responderam que acessam o espaço cibernético para adquirir informações, complementar ou suplementar seus conhecimentos, cuja qualidade nem sempre é avaliada, podendo comprometer atitudes e práticas pedagógicas, propusemos problematizar alguns conteúdos que se encontram nos sites Google Buscas e YouTube em âmbito brasileiro. Assim, na esteira de um projeto de pesquisa principal, temos aprofundado estudos sobre a deficiência intelectual, formação de professores e inclusão escolar.

É importante ressaltar que compreendemos a deficiência intelectual como Dias (2017), isto é, uma construção abstrata e social, cuja caracterização depende de como é definida, com qual perspectiva e finalidade é elaborada. Entendemos que o tema proposto se insere na reflexão sobre a ampliação da educação como um direito humano, no qual se aloja a proposta de educação para todos, ancorada na perspectiva da educação inclusiva para aqueles que, de algum modo, foram excluídos do processo educacional, na medida em que “[...] a educação especial brasileira passa a constituir a proposta pedagógica da escola definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, p. 14, 2008). Assim, a escolarização de estudantes com deficiência não mais em instituições especializadas segregadas, mas em escolas comuns nos impulsiona a problematizar consensos e dissensos sobre a deficiência intelectual.

Imaginário social e deficiência intelectual

Para dar continuidade à discussão, trouxemos algumas considerações sobre o imaginário social acerca da deficiência intelectual. Salientamos que vivemos em um momento histórico em que as novas tecnologias da informação têm contribuído para uma globalização do conhecimento e, ao mesmo tempo, assistimos à migração do conhecimento produzido nas instituições físicas tradicionais para os espaços virtuais.

No entanto, mesmo compreendendo que os avanços tecnológicos contribuem para a difusão de saberes e conhecimentos, ressaltamos que também encontramos



social e seus agentes estabelecem normas e valores por meio de representações simbólicas através do imaginário social que é uma força que regula a vida coletiva, conforme postula Baczkó (1985).

Ferreira e Eizirik (1994) argumentam que muitos problemas vividos na escola que se relacionam com as representações sociais advêm de formações e conceitos interiorizados, cristalizados na rotina escolar, que acabam por naturalizar práticas, muitas vezes excludentes. Acreditamos que os professores e demais profissionais da educação precisam ser incentivados a pensar em conhecimentos e modos de condução de práticas pedagógicas que se distanciem de um imaginário que não produz oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para os estudantes com deficiência intelectual.

Assim, como um sistema simbólico, o imaginário social reflete práticas sociais em que se dialetizam processos de entendimento e de fabulação de crenças e de ritualizações (FERREIRA; EIZIRIK, 1994). Um imaginário que desqualifica a esfera do simbólico e não leva em consideração que esses alunos trazem mitos, crenças, valores e ideias em sua identidade cultural, que são próprios do seu grupo social.

Além disso, enfatizamos a importância de que os professores de sala de aula comum, especialistas e demais profissionais da educação desmistifiquem o conceito de deficiência intelectual e compreendam como ele tem se constituído na sociedade e na escola, ao passo que o imaginário social não é reflexo da realidade: é seu fragmento, conforme Ferreira e Eizirik (1994). Logo, é importante ressaltar que o ambiente virtual tem se configurado como parte das ferramentas de estudos e atualizações de professores.

Nessa perspectiva, é prudente compreendermos quais pistas esse arcabouço virtual nos oferece referentes ao imaginário social e conceitual produzido sobre a deficiência intelectual. Dessa maneira, produções de sentidos circulam na sociedade e permitem a regulação de comportamentos, de identificação, de distribuição de papéis sociais. Isso é vivido de tal forma pelos agentes sociais que passa a representar para o grupo o sentido de verdadeiro (FERREIRA; EIZIRIK, 1994).



É importante ressaltar que o acesso às duas plataformas e às buscas foi realizado em apenas um computador com o navegador Google Chrome em modo anônimo para que não houvesse nenhuma interferência da conta pessoal do usuário nas buscas, uma vez que o navegador já armazena, de forma automática, hábitos, informações e rastros digitais dos usuários, podendo direcioná-los a resultados e a conteúdos que foram anteriormente acessados ou que correspondem ao perfil de consumo digital do usuário.

No caso do YouTube, o rastro digital fica perceptível pelo fato de que os algoritmos são sequenciados em um “*loop de feedback*”, o que indica que ocorre um ajuste em tempo real de sugestões de vídeo de acordo com os acessos do usuário. Dessa maneira, o YouTube encontra o conteúdo ideal para cada perfil com o objetivo de que o usuário consuma e permaneça mais tempo na plataforma. Dessa forma, o algoritmo considera alguns dados de comportamento do usuário, como número de cliques no vídeo, tempo de visualização, curtidas, comentários, compartilhamentos, inscrições no canal, dentre outros fatores que direcionam os resultados e as sugestões de conteúdo. Por isso a importância de utilizar uma conta desvinculada o máximo possível de rastros digitais.

Nessa sequência, a palavra-chave buscada nas duas plataformas foi “deficiência intelectual”. No Google Buscas, obtivemos um total de 33 sites presentes nas duas primeiras páginas de resultados, sendo 22 deles sobre anúncios de serviços, consultas médicas, materiais acadêmicos e outros voltados ao tema e, portanto, somente 11 passíveis de análise. Adicionamos a palavra “educação”, utilizando a palavra-chave composta “deficiência intelectual e educação”, com o objetivo de relacionar os conteúdos sobre a deficiência intelectual com o ambiente escolar e obtivemos um total de 25 sites, cinco passíveis de análise foram selecionados.

Vale ressaltar que utilizamos o termo “passíveis de análise” para os sites que traziam conteúdos sobre a deficiência intelectual e a educação e não sobre anúncios de serviços, consultas médicas, materiais acadêmicos e outros voltados ao tema. Ressaltamos que os materiais acadêmicos foram suprimidos pelo fato de os questionários respondidos indicarem buscas de conteúdos com rapidez.



para essa discussão foi produzida durante os meses de fevereiro a agosto de 2021¹, e alguns materiais podem ter permanecido na internet, outros podem ter sido modificados, excluídos ou renovados.

Resultados e discussão

Na primeira categoria, resumimos os conteúdos com abordagem clínica que apresentaram características orgânicas das pessoas com deficiência intelectual. Na segunda categoria, agrupamos os conteúdos que inserem o contexto histórico-social como um elemento de influência na delimitação de barreiras sociais e, conseqüentemente, na definição da deficiência intelectual, mas, de modo geral, mantêm discussões e informações acerca do modelo médico da deficiência intelectual. Em relação à construção do imaginário social, valemo-nos das contribuições de Baczko (1985), quando argumenta que a coletividade designa sua identidade, elaborando uma representação de si mesma, construindo uma representação totalizante da sociedade, tendo em vista que cada elemento tem seu lugar, sua identidade e sua razão de ser.

Nessa direção, nos dez sites do Google Buscas relativos à primeira categoria, há semelhanças nos conteúdos que caracterizam a deficiência intelectual como transtorno do desenvolvimento, no qual a pessoa apresenta nível cognitivo abaixo de sua idade cronológica, dificuldades e limitações nas relações interpessoais, adaptação, memorização, raciocínio, resolução de problemas, planejamentos de tarefas diárias, aprendizagem, controle motor e outras características. Um dos sites destaca como característica a “incapacidade em realizar atividades normais da vida cotidiana”. Do total dos dez sites do Google Buscas, seis mencionaram o teste de QI como método para avaliar a inteligência, caracterizar a deficiência intelectual, a incapacidade e os níveis de cognição. No quadro abaixo apresentamos os dados

¹ Em 2021, essa pesquisa foi realizada com o incentivo do CNPq, através do Programa de Iniciação Científica, concedido a uma das autoras deste artigo que, atualmente (2023), é estudante de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.



mensurar a inteligência e definir normalidades e anormalidades. Esclarece, ainda, que a pessoa com deficiência intelectual não deve ser vista como alguém que possui comportamentos abaixo de uma idade cronológica, mas, sim, que se expressa de forma diferente dos demais.

Os outros quatro sites, presentes nos resultados do Google Buscas, explicitam a deficiência intelectual como fator que limita, dificulta e reduz a capacidade de raciocinar, compreender ideias abstratas, resolver problemas, estabelecer relações e aplicar novas habilidades, além de pontuar e não desconsiderar os fatores sociais. Ao mesmo tempo em que apontam características e fazem análises orgânicas e individuais, também ressaltam a importância de compreender a influência do ambiente social, que pode construir barreiras ou pontes para as pessoas com deficiência intelectual, enfatizando apontamentos para tornar a inclusão possível.

Ao levar em consideração o imaginário social, que é, segundo Baczko (1985), baseado em simbolismos que assumem estruturas de grande estabilidade, entendemos que o conteúdo veiculado na internet também deve ser encarado, de acordo com Mafezoni e Simon (2020), como um alvo discursivo e institucional inserido no imaginário social. Este se desenvolve nas sociedades contemporâneas, ao passo que a deficiência intelectual faz parte do imaginário como determinação efetiva e eficaz com impacto direto no processo educacional.

Nesse sentido, argumentamos que os conteúdos dispostos nesses quatro sites não possibilitam a desvinculação do modelo médico em relação à deficiência intelectual. Isso porque os sites vinculam a deficiência intelectual à mensuração de inteligência pelo teste QI, destacando inúmeras dificuldades dos indivíduos e frisando que o desenvolvimento pode ser considerado lento, ao mesmo tempo em que lançam questões acerca das implicações do ambiente social na aprendizagem.

Na plataforma YouTube, oito das dez produções audiovisuais apresentam algum tipo de metodologia de intervenção relativa à aprendizagem de crianças com deficiência intelectual, por exemplo, não trabalhar apenas com atividades acadêmicas, mas também com dinâmicas que estimulem o desenvolvimento social e adaptativo do estudante. Dois materiais audiovisuais defendem o uso do Plano de



<<https://docplayer.com.br/21101171-Baczko-bronislaw-a-imaginacao-social-in-leach-edmund-et-alii-anthropos-homem-lisboa-imprensa-nacional-casa-da-moeda-1985.html>>. Acesso em: set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: out. 2021.

CARNEIRO, M. S. C. Deficiência mental e deficiência intelectual em debate. In CAIADO, Kátia Regina Moreno; BATPISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles (org.). *Contribuições da abordagem histórico-cultural para a compreensão da deficiência intelectual*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

CAETANO, A. M.; PLETSCH, M. DENISE. Os conceitos de inteligência e de deficiência intelectual: as mesmas origens? *Rev. Contrapontos*, v. 19, p. 392-407, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.14210/contrapontos.v19n1.p392-407>>. Acesso em: out. 2021.

DIAS, S. S.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 19, n. 2, p. 169-182, abr./jun. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000200003>>. Acesso em: 20 set. 2021.

DIONÍZIO, E. V. Plataformas digitais da Associação Nova Escola: interações e desenvolvimento profissional docente. 2018. *Dissertação* (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Uberlândia/Faculdade de Educação, Uberlândia. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/25307>>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

FERREIRA, N. T.; EIZIRIK, M. F. Imaginário social e educação: revendo a escola. *Em Aberto*, Brasília, v. 61, p. 5-14, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/202>>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

LOPES, E.; MARQUEZINE, M. C. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, jul./set., 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000300009>>. Acesso em: 24 set. 2021.

MAFEZONI, A.C; SIMON, C. . A Pessoa com Deficiência Intelectual e as Concepções de Professores de Educação Especial. *Educação em Perspectiva* (ONLINE), v. 11, p. 1-15, 2020 Disponível em: <<https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v11i.8530>>. Acesso em: 08 ago. 2021.



MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

ORTEGA, F. A construção do diagnóstico do autismo em uma rede social virtual brasileira. *Revista Interface*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 119-132, jan./mar. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832013000100010>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

PALMA, D. T.; CARNEIRO, R. U. C. O olhar social da deficiência intelectual em escolas do campo a partir dos conceitos de identidade e de diferença. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 24, n. 2, p.161-172, abr./jun., 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000200001>> Acesso em: 16 de agosto.

ROSSATO, S. P. M.; LEONARDO, N. S. T. A deficiência intelectual na concepção de educadores da educação especial: contribuições da psicologia histórico-cultural. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.17, n.1, p.71-86, jan./abr., 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000100006>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 17, n. 2, p. 133-141, maio/ago. 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722001000200005>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

SIMÕES, J. Sobre deslizamentos semânticos e as contribuições das teorias de gênero para uma nova abordagem do conceito de deficiência intelectual. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 28, n. 3, p.185-197, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180653>>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

SOUZA, de M. L.; BOARINI, M. L. A deficiência mental na concepção da liga brasileira de higiene mental. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.14, n. 2. p. 273-292, mai./ago. 2008. Edição Especial. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382008000200009>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

STATE OF SEARCH BRASIL 2020: Como as pesquisas *online* influenciam o dia a dia do brasileiro. *Hedgehog*. Disponível em: <<https://www.hedgehogdigital.co.uk/br/blog/state-of-search-brasil/>>. Acesso em: 25 set. 2021.